

TERMO N.º 11/2021 - DAD-SPO/DRG/SPO/IFSP

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1. Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificação constante no edital de chamada pública e em seus anexos.

2. OBJETIVO

1. Fornecer Gêneros Alimentícios de qualidade para os alunos da educação básica – ensino médio integrado ao técnico do IFSP – Câmpus São Paulo.

Entende-se por alunos da educação básica:

A LDBN (1996) em seu artigo 21 deixa claro que a educação escolar [...] compõe-se de:

“I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior. ”

Em seguida no Capítulo II (da Educação Básica), regulamenta todas as modalidades que compõem a educação básica: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos.

Especificamente no artigo 36-B, que corresponde à seção da educação profissional e tecnológica, há o esclarecimento do desenvolvimento dessa modalidade em nível médio.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio”.

3. JUSTIFICATIVA DA REQUISIÇÃO

1. Através da aquisição dos alimentos listados na presente requisição haverá garantia de atendimento do direito à alimentação aos alunos do Câmpus São Paulo. Além dos aspectos legais referentes a tal solicitação, é importante destacar ainda os aspectos socioeconômicos, uma vez que os alimentos, em grande parte, serão provenientes de agricultores familiares, que possuem como meio de subsistência a produção em âmbito familiar.

4. LEGISLAÇÃO

1. O procedimento observará as disposições e da Lei n. 11.947/2009, da Resolução o FNDE nº. 06/2020, do Decreto n. 8.473/2015 e demais normas aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 8.666/1993.
2. Demais normas aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 8.666/1993.

5. ESPECIFICAÇÃO, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTITATIVO DOS ITENS, PERIODICIDADE DA ENTREGA, VALORES UNITÁRIO E TOTAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	PERIODICIDADE DA ENTREGA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Doce de banana: Doce de banana obtido através da concentração da fruta (banana) in natura. Sem adição de água, açúcar e conservantes. Poderá conter ácido cítrico. Embalagem primária individual plástica, atóxica e com peso de 25 a 30 gramas. O produto não poderá conter aromas, corantes, edulcorantes, leite, soro de leite, gordura vegetal e cereais fontes de glúten. O doce em massa individual não deverá ser envolto em açúcar. Prazo de validade: no mínimo, 5 meses a partir da data de entrega. Deve atender à legislação de alimentos estabelecida pela ANVISA. Deverá constar nos rótulos os itens: quantidade, valores nutricionais, ingredientes, gramatura, produtor, fabricação e validade.	997	UN.	mensal	41,60	RS 41.475,20
VALOR TOTAL		RS 41.475,20				

1. As quantidades solicitadas referem-se à previsão de consumo de três meses, com entregas **fracionadas**, conforme a descrição da coluna “Periodicidade da Entrega” e quantidades específicas para cada produto, de acordo com a necessidade do Câmpus, que deverão ser previamente estabelecidas pelo fiscal do contrato.
2. A quantidade de produtos a serem adquiridos foram baseados no quantitativo de alunos matriculados e na disponibilidade orçamentária, e objetiva o atendimento de 644 alunos do ensino médio integrado ao técnico, ensino técnico concomitante/subsequente ao médio, e Educação de Jovens e Adultos – EJA, conforme consta no item 5, do Anexo Anexo III da IN 05/2017 – Estudos Preliminares.
3. As embalagens dos produtos poderão ter outras características, desde que obedeçam a legislação específica vigente e com prévio acordo com o setor solicitante.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

1. Será aceita a proposta do fornecedor:
 1. que tenha atendido a todas as exigências de habilitação;
 2. cujo produto ofertado tenha sido aprovado no teste de qualificação;
 3. cuja especificação do produto ofertado seja compatível com a do edital da respectiva chamada pública;

4. que tenha ofertado quantitativo não inferior a uma fração de entrega constante neste projeto básico;
5. que atenda às demais exigências do edital da chamada pública e de seus anexos.
2. A apresentação de Projeto de Venda para a contratação pretendida implica concordância do fornecedor em fornecer os produtos pelo preço de referência constante neste termo de referência, independentemente do valor apresentado em sua proposta.
3. A aceitabilidade será verificada por item, podendo o proponente ter item recusado e item aceito, ainda que em um mesmo Projeto de Venda.

7. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

1. A convocação do fornecedor pelo Câmpus São Paulo poderá ser por telefone, e-mail ou pelos correios e será informado o endereço, a repartição, o prazo máximo para início do fornecimento, bem como a quantidade a ser adquirida, observada a fração mínima de entrega constante no termo de referência.
2. Os gêneros alimentícios a serem entregues poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem nesta chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada pelo responsável técnico, a nutricionista do câmpus.
3. Os quantitativos por entrega (“Fração de Entrega”) são meras previsões, podendo, essas quantidades serem alteradas, conforme necessidade dos alunos, desde que não causem ônus, não previstos nesta chamada pública, aos fornecedores.
4. As entregas poderá o ser temporáriamente suspensas, no interesse dá contratante, especialmente em meses como janeiro, fevereiro, julho e dezembro, quando das férias escolares.
5. As embalagens dos produtos poderá o ter outras características, desde que obedeçam á legislação específica vigente e comprevio acordo com o setor solicitante.
6. fornecimento do produto. As embalagens dos produtos poderão ter outras características, desde que obedeçam à legislação específica vigente e com prévio acordo com o setor solicitante.
7. Todo fornecimento deverá vir acompanhado de um recibo de entrega contendo o peso/quantitativo de cada produto, conforme unidade de fornecimento, e o nome do solicitante, devendo uma via ser entregue ao servidor designado pela Administração para receber os produtos.
8. Os produtos deverão ser entregues, exclusivamente às expensas do contratado, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.
 9. O fornecimento será realizado nas dependências do Câmpus São Paulo, localizado na Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, São Paulo - SP, CEP 01109-019, no almoxarifado do Câmpus São Paulo, no horário das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira. Tel. (11) 2763-7591 , e-mail almoxarifado.spo@ifsp.edu.br.
10. A convocação para início do fornecimento deverá ser realizada em conformidade com o item 9.1 .
11. Quando da entrega as embalagens / alimentos deverão apresentar-se:
 1. isentos de substâncias terrosas ou químicas;
 2. sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
 3. sem parasitas, larvas ou outros insetos, inclusive nas embalagens;
 4. isentos de odor e sabor estranhos;
 5. sem umidade externa anormal;
 6. não deverão apresentar temperatura consideravelmente elevada, indicativa de exposição solar por período prolongado.
12. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.
13. Todos os produtos deverão conter em suas embalagens: identificação do produto, data de validade e identificação do produtor.
14. A pontualidade na entrega das mercadorias para o Câmpus está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

8. VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência do contrato será de **12 meses**, a partir da data da ordem de serviço ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer.
2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente

empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, desde que haja recursos orçamentário para a referida prorrogação.
4. 8.3. A vigência do contrato poderá ser prorrogada, conforme interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos totalizando 60 meses, em conformidade com a Lei n. 8.666/1993.

9. DA EXECUÇÃO E PRAZOS DE ENTREGA

1. Após assinatura do Termo de Contrato, a CONTRATADA receberá a ORDEM DE SERVIÇO;
2. As entregas deverão ser realizadas conforme as ORDENS DE FORNECIMENTOS que serão enviadas mensalmente pela CONTRATANTE, no prazo de até **7 dias corridos**, em quantidades a ser definida pelo fiscal do contrato.
3. Na ocasião da assinatura do contrato a convocação do CONTRATADO ocorrerá por e-mail ou pelo correio com aviso de recebimento, podendo ser confirmada por telefone.
4. Será realizada uma primeira reunião com a CONTRATADA, a fim de que sejam sanadas eventuais dúvidas quanto a execução do contrato.
5. A execução contratual será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante.
6. O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do CONTRATADO, nem confere ao CONTRATANTE, a responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou dano na execução contratual.
7. O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, em desacordo com o edital e seus anexos.

10. PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente a Nota Fiscal até o **décimo dia** do mês em que foi entregue os gêneros alimentícios.
2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente no nome do contratado na agência e estabelecimento bancário indicados por ele, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
3. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até **trinta dias corridos**, contado do Recebimento Definitivo do objeto adquirido e mediante apresentação da Nota Fiscal.
4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **cinco dias úteis**, contado do Recebimento Definitivo do objeto licitado e mediante apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
5. A nota fiscal deverá referir-se a produtos/serviços de uma única Nota de Empenho; no caso de o fornecimento abranger produtos/serviços de mais de uma Nota de Empenho, deverão ser emitidas tantas notas fiscais quantas forem necessárias.
6. Ficará reservado à CONTRATANTE o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega ou na fase de recebimento definitivo forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas.
7. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
8. Quando do pagamento, se for o caso, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
9. A cada pagamento ao fornecedor a CONTRATANTE realizará consulta on line para verificar a manutenção das condições de habilitação.
 1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, deve-se providenciar a sua advertência por escrito, no sentido de que, no prazo de **cinco dias úteis**, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
 2. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
 3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
 4. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
 5. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se

decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF;

6. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF".
10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
11. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
12. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
13. A CONTRATANTE deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.
14. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO, por motivo de descumprimento de obrigações, ser precedido de processo administrativo em que será garantido ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$$

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não é permitida a subcontratação parcial ou total dos itens contratados.

12. ESTIMATIVAS DE CUSTOS

1. Os valores para os itens solicitados foram obtidos através da pesquisa de preço com fornecedores, de acordo com **inciso IV, do art. 5º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020**, considerando que, por tratar-se de itens da agricultura familiar, não foi possível encontrar os mesmos em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, ou no Pannel de Preços, considerando ainda, divergência entre os quantitativos encontrados, compondo, desta forma, a estimativa de preços, base para o processo licitatório.
2. A pesquisa de preço obedece aos parâmetros da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020**, e não apresenta discrepância de valores.
3. A pesquisa de preço obedece diretrizes constantes no **art. 31, da Resolução FNDE nº 06/2020**, para a fixação dos preços.
4. **A estimativa de custos necessários à aquisição dos materiais, objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 38.675,00 (trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais).**

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. INCUMBE AO CONTRATANTE:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal Fatura, a entrega efetiva do objeto, emitindo Termo de Recebimento Definitivo ou, se for o caso, recusar o fornecimento desconforme;
2. Efetuar os pagamentos ao contratado dentro do prazo estipulado no edital;
3. Efetuar o cadastramento do(s) proponente(s) homologado(s) no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, antes de sua contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada, sem ônus para o proponente, se este ainda não estiver inscrito no referido cadastro.
4. Aplicar ao contratado as penalidades regulamentares e contratuais.
5. Acondicionar adequadamente os alimentos entregues.

2. INCUMBE AO CONTRATADO:

1. Substituir ou, se for o caso, complementar, sem ônus adicionais e no prazo, todos os produtos recusados na fase de recebimento;
2. Corrigir, às suas expensas, quaisquer danos causados à administração, decorrentes da utilização dos bens de seu fornecimento;
3. Fornecer o objeto pelos preços apresentados em sua proposta;
4. Acatar as normas internas da CONTRATANTE;
5. Transportar adequadamente os alimentos de forma que não fiquem expostos ao sol por período prolongado;
6. Durante a vigência do contrato, informar o contratante sobre mudanças de endereço, assim como de mudanças de números de telefone e de e-mail informados para contato, imediatamente à ocorrência de quaisquer dessas alterações.
7. Retirar todos os materiais recusados, das dependências do Câmpus São Paulo, dentro do prazo fixado para sua substituição ou para sanar outras falhas, independentemente de o fornecedor ter cumprido a obrigação de entregar outro material para nova verificação de compatibilidade com o objeto do contrato;
8. Cumprir, no que couber, as disposições previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

14. DA VISTORIA

1. O interessado em participar desta chamada pública poderá vistoriar o local onde será entregue os gêneros alimentícios, desde a publicação do edital de chamada pública, até **03 (três) dias úteis** anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, com objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Administração do IFSP - Câmpus São Paulo, pelo telefone (11) 2763-7539 ou endereço eletrônico licitacao.spo@ifsp.edu.br
2. A vistoria não é obrigatória, entretanto, caso o fornecedor interessado opte por não a realizar, não poderá proceder a qualquer tipo de cobrança posterior por desconhecimento das condições previstas neste Termo de Referência.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, concomitantemente, sem o prejuízo de outras:
 1. ADVERTÊNCIA, comunicando o contratado sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e, conforme o caso informando o prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;
 2. MULTA:
 1. de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto a ser entregue, por dia de atraso no fornecimento do objeto, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após **cinco** dias úteis, sem o objeto tenha sido entregue, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.
 2. de mora, correspondente a 1% (um por cento) do valor do objeto recusado. Não havendo a troca ou a complementação

do objeto recusado no prazo de **quarenta e oito horas**, caracterizará descumprimento do contrato, ensejando sua rescisão. Consequência idêntica terá se ocorrer nova recusa no mesmo fornecimento.

3. de mora, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do objeto, por dia, pelo atraso na retirada do objeto recusado, até o limite de **cinco** dias úteis, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração. Após esse prazo, sem que o objeto tenha sido retirado, será considerado abandono dos materiais, podendo a administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.
4. compensatória, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida;
 1. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente, em favor do CONTRATADO. Caso o valor a ser descontado for superior ao crédito eventualmente existente, a diferença ser cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário, e com prazo de **dez** dias para pagamento por meio de GRU.

3. **SUSPENSÃO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo pelo prazo de até dois anos;

4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

1. Incorre nesta sanção aquele que entregar produtos de outrem, como se fosse de sua produção (subcontratação).

2. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
3. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e nas demais cominações legais.
4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao CONTRATADO o direito do contraditório e ampla defesa, no prazo de **cinco** dias úteis, ou de **dez** dias úteis quando se tratar de inidoneidade, contado a partir da data em que o fornecedor tomar ciência.

16. DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução contratual será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante.
2. O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do CONTRATADO, nem confere ao CONTRATANTE, a responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou dano na execução contratual.
3. O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, em desacordo com o edital e seus anexos.

O presente Termo de Referência segue para o parecer do Diretor do IFSP – Câmpus São Paulo, com vistas ao prosseguimento do certame licitatório.

São Paulo, 17 de novembro de 2021

Larissa Vicente Tonácio

Nutricionista

Cristiane Simão

Diretora de Administração

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do

custo/benefício, para atender às necessidades do IFSP – Câmpus São Paulo.

Alberto Akio Shiga
Diretor Geral do Câmpus

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Simao, DIRETOR - CD3 - DAD-SPO**, em 17/11/2021 00:29:34.
- **Alberto Akio Shiga, DIRETOR GERAL - CD2 - DRG/SPO**, em 17/11/2021 11:43:26.
- **Larissa Vicente Tonacio, NUTRICIONISTA-HABILITACAO**, em 17/11/2021 18:50:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 258049
Código de Autenticação: 22f016e28f



TERMO N.º 11/2021 - DAD-SPO/DRG/SPO/IFSP